



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



|                    |  |
|--------------------|--|
| <b>PROCESSO</b>    | <b>13136.730937/2022-33</b>  |
| <b>RESOLUÇÃO</b>   | 3302-002.967 – 3 <sup>a</sup> SEÇÃO/3 <sup>a</sup> CÂMARA/2 <sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA |
| <b>SESSÃO DE</b>   | 16 de outubro de 2025  |
| <b>RECURSO</b>     | VOLUNTÁRIO   |
| <b>RECORRENTE</b>  | MULTIFORMATO DISTRIBUIDORA SOCIEDADE ANÔNIMA   |
| <b>INTERESSADO</b> | FAZENDA NACIONAL   |

**Assunto: Conversão do Julgamento em Diligência**

**RESOLUÇÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por maioria de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, para verificar se o contribuinte efetivamente realiza a atividade de prestação de serviços e, em caso positivo, quais os insumos que são essenciais e relevantes para tal atividade, vencidos os conselheiros Mário Sérgio Martinez Piccini (relator) e Dionísio Carvallhedo Barbosa. Designada para redigir o voto vencedor a conselheira Marina Righi Rodrigues Lara.

*Assinado Digitalmente*

**Mario Sergio Martinez Piccini – Relator**

*Assinado Digitalmente*

**Marina Righi Rodrigues Lara – Redatora Designada**

*Assinado Digitalmente*

**Lázaro Antônio Souza Soares – Presidente**

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Mário Sérgio Martinez Piccini, Marina Righi Rodrigues Lara, Dionisio Carvallhedo Barbosa(substituto[a] integral), Francisca das Chagas Lemos, José Renato Pereira de Deus e Lázaro Antônio Souza Soares (Presidente).

## RELATÓRIO

Trata-se de autos de infração lavrados contra a contribuinte em epígrafe, relativos à falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, no montante total de R\$ 32.651.593,35, e da Contribuição para o PIS/Pasep, no montante total de R\$ 7.087.349,51, referentes aos períodos de apuração janeiro a dezembro de 2016 (fls. 6/23)

Por trazer uma síntese da autuação, desde a interposição da Impugnação Administrativa até o Acordão nos presentes autos, peço vênia para adotar parcialmente o relatório/voto do Acórdão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal, bem como sua ementa.

### **1. DO PROCEDIMENTO FISCAL**

A Autoridade Lançadora identificou as seguintes eventuais infrações:

1. Bonificação de mercadorias, seja em dinheiro, seja em redução do valor devido aos fornecedores, seja em mercadorias, configura receita / doação e configuram-se como fato gerador da Contribuição ao PIS e à COFINS;
2. Creditamento, supostamente indevido, de produtos sujeitos a alíquota zero/concentrada;
3. Creditamento, supostamente indevido, de bens utilizados classificados como insumos (propaganda e publicidade, água, programa de prêmio Dotz, telefonia e internet, combustíveis e lubrificantes, fretes sobre transferências)
4. Creditamento, supostamente indevido, sobre encargos de depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado;
5. Creditamento, supostamente indevido, sobre o frete interno;
6. Creditamento, supostamente indevido, de ICMS substituição tributária;
7. Creditamento, supostamente indevido, proveniente de locação de máquinas e equipamentos
8. Classificação Incorreta para Carnes e Miudezas, comestíveis;
9. Classificação incorreta para Queijo e Requeijão
10. Classificação incorreta para Preparações à base de cereais, farinhas, féculas ou leite; produtos de pastelaria(Salgados, pizza, Cuscuz)

### **2. IMPUGNAÇÃO**

Em sua Impugnação questionou a legalidade do Auto, por ser efetuado fora do local de Infração, bem como falta de motivação;

Questionou a Reclassificação das mercadorias;

Questionou a cobrança sobre as bonificações, bem como a IN SRF nº 51/78;

Questiona a glosa do créditos de bens sujeitos à alíquota zero;

Questionou a glosa dos créditos de bens sujeitos à alíquota concentrada, mencionado que impetrou Mandado de Segurança nº 1003052-72.2017.4.01.3800 para tratar da tomada de crédito sobre bens sob o regime monofásico, afirmando que não há ainda trânsito em julgado;

Informa que tal ação judicial também refere-se ICMS-ST;

Questiona o fato de empresa varejista não poder tomar os créditos sobre os insumos em questão;

Questiona a glosa sobre créditos decorrentes de operações de armazenagem / frete interno;

Questiona a glosa sobre créditos decorrentes da depreciação de bens do ativo imobilizado por ser também prestadora de serviços;

Questiona a glosa dos créditos de locação de máquinas/equipamentos, utilizando princípio da isonomia, pela legislação somente abarcar alguns setores;

Solicita que todas as publicações / intimações e outros autos sejam realizadas em nome do patrono.

### 3. ACÓRDÃO DRJ

O Acórdão DRJ apresenta a seguinte ementa:

*Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins*

*Período de apuração: 01/01/2018 a 31/12/2019*

*NULIDADE. MOTIVAÇÃO CLARA. IMPROCEDÊNCIA.*

*Revela-se improcedente a alegação de nulidade por falta de motivação, quando o auditor-fiscal deixa claros os fundamentos que levaram à lavratura do auto de infração.*

*BONIFICAÇÕES. CONTRAPRESTAÇÃO. INCIDÊNCIA.*

*As bonificações de caráter contraprestacional recebidas dos fornecedores, ainda que descritas em contrato como descontos, sujeitam-se à incidência das contribuições ao PIS/Pasep e COFINS, mormente não quando constem da nota fiscal de compra.*

*BENS E SERVIÇOS NÃO SUJEITOS À CONTRIBUIÇÃO. CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 17 DA LEI Nº 11.033, DE 2003.*

*A aquisição de bens e serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição não dá direito a crédito, inclusive no caso de isenção quando revendidos ou utilizados como insumos em produtos ou serviços sujeitos à alíquota zero, isentos ou não alcançados pela contribuição. O art. 17 da Lei nº 11.033, de 2003, apenas assegura que, no caso de vendas com suspensão, isenção, alíquota zero ou não incidência, podem ser mantidos os créditos vinculados a essas operações, desde que tenham sido apurados segundo a legislação vigente.*

**STJ. REPERCUSSÃO GERAL OU RECURSO REPETITIVO. PGFN. MANIFESTAÇÃO.**

*Para aplicação do entendimento estabelecido pelo STJ em sede de repercussão geral ou recurso repetitivo no âmbito da RFB, é necessário que a PGFN já tenha se manifestado sobre as matérias abrangidas na decisão daquela Corte.*

**ATIVIDADE COMERCIAL. INSUMOS. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.**

*Para as pessoas jurídicas que exerçam atividade comercial, não existe previsão legal para apuração de créditos sobre insumos na apuração do PIS/Pasep e da Cofins devidos no regime da não cumulatividade.*

**FRETE ENTRE ESTABELECIMENTOS. CRÉDITOS. IMPOSSIBILIDADE.**

*O transporte entre estabelecimentos da contribuinte não se enquadra no inciso IX do art. 3º da nº 10.833, de 2003, não podendo, pois, gerar direito a crédito na apuração da contribuição no regime não cumulativo.*

**ATIVIDADE COMERCIAL. BENS DO ATIVO IMOBILIZADO. CRÉDITO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.**

*Não há previsão legal que permita a apuração de créditos decorrentes da depreciação de bens do Ativo Imobilizado para as pessoas que exerçam atividade comercial.*

**LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. CRÉDITOS. IMPOSSIBILIDADE.**

*A despesa com locação de veículo não gera direito a desconto de créditos na apuração da Cofins devida segundo a modalidade não cumulativa.*

**ISENÇÃO. TIPI. CLASSIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DO ERRO.**

*Deve ser excluído o crédito tributário lançado de ofício quando o auditor fiscal não logrou comprovar que a contribuinte teria classificado com erro mercadorias em códigos da TIPI que se sujeitam à alíquota zero da contribuição*

Inicialmente a DRJ rebate as alegações de Nulidade, citando legislação e Súmulas do CARF.

Não conhece da Glosa referente aos créditos de bens alíquota concentrada em razão da Concomitância Judicial x Administrativa;

Não reconhece os créditos de ICMS-ST, após citar STJ, Tema Repetitivo nº 1125

Indica que os créditos alegados sobre os insumos por não se referirem comprovação de prestação de serviços, sendo que a principal atividade da empresa é varejista;

Alega que a empresa não traz aos autos prova robusta que a venda dos produtos transportados já teriam sido vendidos, não fazendo jus ao alegado crédito sobre os fretes entre estabelecimentos;

Não permite o crédito sobre depreciação alegado pela falta de comprovação de prestação de serviços/transportes;

Não permite o crédito sobre locação máquinas/equipamentos;

Reverte as glosas sobre o crédito tributário referente aos salgados (cf. planilha fls 2.299), mantendo as demais glosas sobre reclassificação da NCM;

#### **4. RECURSO VOLUNTÁRIO**

Apresenta Nulidades sobre o lançamento(fls. 12 – 21 do RV);

I – nulidade do lançamento, tendo em vista que não foi lavrado no local da falta;

II – ausência de motivação no que tange à desclassificação do NCM de determinadas mercadorias.

No mérito:

Elabora um longo estudo sobre bonificações (fls. 21 – 47 do RV), com citações jurisprudenciais e Acórdão CARF;

Apresenta :

Tese Subsidiária 01 : Aplicação da Não Cumulatividade ;

Tese Subsidiária 02: Da ilegalidade da cobrança do PIS e Cofins na entrada de mercadorias cuja tributação é monofásica

Repisa os demais itens de sua Impugnação, mencionado a já citada Ação Judicial para tratar da toma dos créditos revendidos sobre o regime monofásico;

Roga pelo correto enquadramento do NCM das mercadorias:

I – NCM Iniciada com 02 da TIPI, Carnes e Miudezas, Comestíveis,

II – NCM iniciada com 0406 da TIPI – Queijos e Requeijões

III – NCM iniciada com 19 da TIPI, preparações à base de cereais, farinhas, féculas ou de leite – produtos de pastelaria.

Conclui, solicitando que toas as publicações/intimações/atos sejam realizados em nome dos patronos.

É o relatório.

## VOTO VENCIDO

Conselheiro **Mário Sérgio Martinez Piccini**, Relator

Por entender que o processo estava em condições de julgamento imediato, restei vencido quanto à necessidade de conversão do julgamento do recurso em diligência, a fim de verificar se o contribuinte efetivamente realiza a atividade de prestação de serviços e, em caso positivo, quais os insumos que são essenciais e relevantes para tal atividade.

*Assinado Digitalmente*

**Mário Sérgio Martinez Piccini**

## VOTO VENCEDOR

Conselheira **Marina Righi Rodrigues Lara**, redatora designada.

Na sessão de julgamento, este Colegiado, por maioria, afastou o entendimento do i. Conselheiro Relator para reconhecer a necessidade de conversão do julgamento em diligência, a fim de melhor elucidar elementos essenciais ao deslinde da controvérsia.

Como já registrado, a fiscalização concluiu que a Recorrente exerce atividade **preponderantemente** comercial, razão pela qual não faria jus ao creditamento de insumos previsto no inciso II do art. 3º das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.

A Recorrente, por sua vez, sustenta que, além da atividade comercial, realiza também a prestação de outros serviços — tais como transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal e estacionamento de veículos — o que, em tese, atrairia a incidência dos mencionados dispositivos legais e legitimaria o creditamento efetuado.

De fato, a existência desses serviços no objeto social pode indicar que parte das despesas glosadas esteja vinculada à atividade de prestação de serviços, hipótese em que sua análise deve observar o inciso II do art. 3º das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003. Contudo, a falta de documentos e informações suficientes para avaliar, de forma segura, a efetiva vinculação

dos itens glosados às referidas atividades impede a imediata formação de juízo conclusivo por este Colegiado.

Diante desse cenário, e com fundamento nos artigos 18 e 29 do Decreto nº 70.235/72, combinados com os artigos 35 a 37 e 63 do Decreto nº 7.574/2011, entendemos pela necessidade de conversão do julgamento em diligência, para que a Unidade de Origem:

- (i) **intime a Contribuinte** para apresentar documentos, informações, demonstrativos de cálculos e demais elementos comprobatórios necessários à demonstração de que os itens glosados possuem efetiva e direta vinculação com eventual atividade de prestação de serviços por ela efetivamente desenvolvida, realizando, caso entenda pertinente, eventual rateio conforme o percentual de receita auferida por cada atividade no período fiscalizado.
- (ii) **elabore Relatório Conclusivo**, indicando de forma clara e fundamentada o resultado da análise realizada, inclusive quanto à eventual segregação e à pertinência dos créditos;
- (iii) **intime a Recorrente** para se manifestar acerca do resultado apresentado no Relatório Conclusivo, no prazo de 30 (trinta) dias.

É essa a proposta de Resolução.

*Assinado Digitalmente*

**Marina Righi Rodrigues Lara**